



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DE IMPERATRIZ
UNIDADE JOSÉ BATISTA DE OLIVEIRA
CURSO DE PEDAGOGIA

JULIANA LIMA RIBEIRO

EDUCAÇÃO DE ALUNOS SURDOS EM IMPERATRIZ-MA À LUZ DE
DISCUSSÕES TEÓRICAS

Imperatriz
2025

JULIANA LIMA RIBEIRO

**EDUCAÇÃO DE ALUNOS SURDOS EM IMPERATRIZ-MA À LUZ DE
DISCUSSÕES TEÓRICAS**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da
Universidade Federal do Maranhão, Centro de
Ciências de Imperatriz, para obtenção do grau de
Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Francisca Melo Agapito

Imperatriz
2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Lima Ribeiro, Juliana.

EDUCAÇÃO DE ALUNOS SURDOS EM IMPERATRIZ-MA À LUZ DE
DISCUSSÕES TEÓRICAS / Juliana Lima Ribeiro. - 2025.
38 p.

Orientador(a): Francisca Melo Agapito.

Curso de Pedagogia, Universidade Federal do Maranhão,
Imperatriz - MA, 2025.

1. Educação de Surdos. 2. Inclusão Escolar. 3.
Desafios e Avanços. 4. Imperatriz-ma. I. Melo Agapito,
Francisca. II. Título.

JULIANA LIMA RIBEIRO

**EDUCAÇÃO DE ALUNOS SURDOS EM IMPERATRIZ-MA À LUZ DE
DISCUSSÕES TEÓRICAS**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências de Imperatriz, para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Aprovada em: 13 /03/ 2025

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Francisca Melo Agapito (Orientadora)

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Prof.^a Dr.^a Herli de Sousa Carvalho (1º Examinadora)

Universidade Federal do Maranhão-UFMA

Prof. Esp. Welingthon dos Santos Silva (2º Examinador)

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão-UEMASUL

Dedico ao meu marido, Valdemberg
Morais dos Reis e ao meu filho Luís
Eduardo Ribeiro Reis, que me apoiaram
nessa jornada. Também à professora Dra.
Francisca Melo Agapito, pela paciência na
orientação e incentivo que tornaram
possível a conclusão desta Monografia.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela minha vida, e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho.

Aos familiares, meu marido Valdemberg Moraes dos Reis e meu filho Luis Eduardo Ribeiro Reis, por estarem ao meu lado me encorajando e acreditando que tudo era possível, por todo o apoio e ajuda, que muito contribuiu para a realização deste trabalho.

À minha amiga Samantha Moraes de Oliveira Sousa, que sempre acreditou que seria capaz de finalizar este trabalho e muito me apoiou.

À minha professora e orientadora Profa. Dra. Francisca Melo Agapito, por todos os conselhos, pela ajuda e pela paciência com a qual guiaram o meu aprendizado e por não permitir que eu desanimasse e desistisse de dar este passo, tão importante na minha vida.

Conseguir-se-á mais com um olhar de bondade com uma palavra animadora, que encha o coração de confiança, do que com muitas repreensões que só trazem inquietações e matam a espontaneidade.

São João Bosco

RESUMO

A inclusão de alunos surdos na escola regular tem se consolidado como uma importante política educacional no Brasil, promovendo a equidade e o respeito às diferenças. No entanto, a inserção destes no ambiente escolar envolve desafios que precisam ser analisados, compreendidos e superados. Dentre os principais obstáculos estão as barreiras comunicativas, a necessidade de infraestrutura adequada, os recursos didáticos especializados e a formação contínua dos professores. Levando em consideração o exposto no presente texto, tivemos como objetivo geral analisar a partir de produções científicas, o desenvolvimento educacional de alunos surdos, tendo em vista os desafios para a sua inclusão em escolas inclusivas e/ou bilíngues para surdos, no município de Imperatriz/MA. Para o desenvolvimento desta proposta, foram utilizados estudos teóricos de autores como, Quadros (1997), Skliar (1998), Strobel (2008), além de documentos legais de suma importância para a área, como a Lei nº 10.436/2002, o Decreto nº 5.626/2005, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), entre outros de igual importância, que direcionaram o diálogo e discussões sobre a temática em pauta. No campo metodológico utilizou-se a abordagem qualitativa, tendo como base a revisão de literatura e pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), com o objetivo de reunir e analisar referências teóricas e empíricas sobre o desenvolvimento e inclusão do aluno surdo na escola. Os resultados evidenciaram que as perspectivas para a Educação Inclusiva em Imperatriz são positivas, embora ainda haja muito a ser feito. A continuidade dos programas de capacitação para professores e a ampliação do número de intérpretes de Libras nas escolas são medidas essenciais para o avanço da inclusão escolar. Além disso, é fundamental que a rede municipal de ensino continue investindo em recursos materiais adaptados, como livros didáticos e tecnologias que auxiliam na aprendizagem, para garantir que os alunos surdos tenham acesso pleno ao currículo escolar. A criação de um ambiente mais inclusivo também passa pela conscientização da comunidade escolar e pela superação de preconceitos. A formação de uma cultura de respeito à diversidade nas escolas é fundamental para que alunos, independentemente de suas condições, possam se desenvolver de maneira plena. Além disso, registra-se que promoção de ações de sensibilização e a socialização dos alunos surdos com seus colegas ouvintes, são estratégias que podem contribuir para a melhoria do ambiente escolar e para a inclusão efetiva dos alunos surdos.

Palavras-chave: Educação de surdos. Inclusão escolar. Desafios e avanços. Imperatriz-MA.

ABSTRACT

The inclusion of deaf students in regular schools has become an important educational policy in Brazil, promoting equity and respect for differences. However, their inclusion in the school environment involves challenges that need to be analyzed, understood and overcome. Among the main obstacles are communication barriers, the need for adequate infrastructure, specialized teaching resources and ongoing teacher training. Taking into account the above, our general objective was to analyze, based on scientific productions, the educational development of deaf students, considering the challenges for their inclusion in inclusive and/or bilingual schools for the deaf, in the city of Imperatriz/MA. To develop this proposal, theoretical studies by authors such as Quadros (1997), Skliar (1998), Strobel (2008) were used, in addition to legal documents of utmost importance to the area, such as Law No. 10,436/2002, Decree No. 5,626/2005, the Brazilian Law for the Inclusion of Persons with Disabilities (Law No. 13,146/2015), among others of equal importance, which guided the dialogue and discussions on the topic at hand. In the methodological field, a qualitative approach was used, based on a literature review and research in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), with the objective of gathering and analyzing theoretical and empirical references on the development and inclusion of deaf students in schools. The results showed that the prospects for Inclusive Education in Imperatriz are positive, although there is still much to be done. Continuing teacher training programs and increasing the number of sign language interpreters in schools are essential measures for advancing school inclusion. In addition, it is essential that the municipal education system continues to invest in adapted material resources, such as textbooks and technologies that aid learning, to ensure that deaf students have full access to the school curriculum. Creating a more inclusive environment also involves raising awareness in the school community and overcoming prejudices. Creating a culture of respect for diversity in schools is essential so that students, regardless of their conditions, can develop fully. In addition, it is noted that promoting awareness-raising actions and socializing deaf students with their hearing peers are strategies that can contribute to improving the school environment and the effective inclusion of deaf students.

Keywords: Deaf education. School inclusion. Challenges and advances. Imperatriz-MA.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Produções acadêmico-científicas selecionadas para análise.....	28
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	–	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LIBRAS	–	Língua Brasileira de Sinais
LDB	–	Lei de Diretrizes e Bases
PPGLe	–	Programa de Pós-Graduação em Letras
SIADI	–	Setor de Inclusão e Atenção à Diversidade
SEMED	–	Secretaria Municipal de Educação
UEMASUL	–	Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	EDUCAÇÃO DE ALUNOS SURDOS NO BRASIL: SITUANDO ASPECTOS DA HISTÓRIA E ABORDAGENS EDUCACIONAIS.....	15
3	DESAFIOS ENFRENTADOS NO PROCESSO EDUCACIONAL DE ALUNOS SURDOS.....	22
4	DISCUTINDO SOBRE O CENÁRIO ATUAL REFERENTE A EDUCAÇÃO DE SURDOS EM IMPERATRIZ-MA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.....	26
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
	REFERÊNCIAS	37

1 INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos surdos na escola regular tem se consolidado como uma importante política educacional no Brasil, promovendo a equidade e o respeito às diferenças. No entanto, a inserção de estudantes com deficiência auditiva no ambiente escolar envolve desafios que precisam ser analisados, compreendidos e superados. Dentre os principais obstáculos estão as barreiras comunicativas, a necessidade de infraestrutura adequada, os recursos didáticos especializados e a formação contínua dos professores. Este trabalho tem como objetivo explorar as dificuldades enfrentadas pelos alunos surdos, destacando a relevância da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como ferramenta fundamental para a comunicação, além da infraestrutura necessária para a inclusão efetiva. Também será abordada a formação e a capacitação dos docentes para o ensino inclusivo, considerando as particularidades dos alunos surdos e a legislação vigente.

Esta temática tem sido considerada um desafio e uma necessidade nas últimas décadas, tanto no âmbito da educação inclusiva quanto no contexto da educação bilíngue. Os debates trazem a necessidade da continuidade de diálogos sobre os caminhos possíveis para se assegurar o direito à educação de qualidade, independentemente de qual abordagem seja escolhida pelo próprio surdo, como o sujeito central para definir a condução de sua educação.

A relevância social deste tema está atrelada à busca pela equidade no ensino, oferecendo a estes alunos as mesmas oportunidades de aprendizagem que são proporcionadas aos demais estudantes. A análise das mudanças e práticas educacionais nas escolas possibilita compreender como a sociedade tem buscado se adaptar às novas exigências legais e sociais, garantindo a inclusão plena de alunos surdos. A temática também é relevante para o empoderamento das famílias e da comunidade surda, pois trata da acessibilidade e da promoção de uma educação de qualidade para um grupo historicamente marginalizado.

A justificativa da pesquisadora para a escolha deste tema se deu a partir da experiência vivenciada durante o estágio em uma escola bilíngue no município de Imperatriz-MA. Durante o período de estágio, foi possível observar de perto as práticas pedagógicas voltadas para a inclusão de alunos surdos, tanto em escolas bilíngues quanto em escolas regulares. A interação com os alunos e a utilização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como principal meio de comunicação evidenciaram a importância de metodologias adaptadas e do papel do professor na mediação do conhecimento. Adicionalmente, enfocamos a convivência com essa realidade, pois permitiu perceber as dificuldades enfrentadas, bem como as mudanças nas abordagens educacionais adotadas ao longo dos últimos anos.

Além disso, a experiência prática no estágio proporcionou uma reflexão sobre a necessidade de analisar as discussões acadêmicas acerca da temática, especialmente diante das transformações nas políticas educacionais e nas metodologias de ensino. O contato com estes diálogos teóricos revela estratégias mais inclusivas e motiva o interesse em aprofundar o estudo sobre a educação de alunos surdos em Imperatriz/MA. Esse tema, portanto, reflete não apenas uma área de estudo relevante, mas também uma vivência significativa que despertou o desejo de contribuir para a melhoria da educação inclusiva no município.

A inclusão escolar de alunos surdos no ensino regular tem sido um tema amplamente debatido no campo da educação, especialmente com o avanço das legislações voltadas para a garantia de direitos educacionais, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996, o Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2005) a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) nº 13.146/(Brasil, 2015) que estabeleceram diretrizes fundamentais para assegurar o acesso equitativo à educação, impondo desafios e responsabilidades às instituições de ensino, cada uma com suas características específicas. Nesse contexto, a adaptação do aluno surdo na escola regular se configura como um processo complexo, que demanda a implementação de políticas públicas eficazes, capacitação docente e a adoção de práticas pedagógicas inclusivas.

Diante disso, o exposto se constitui um marco fundamental para a garantia dos direitos linguísticos e educacionais da comunidade surda. Além do reconhecimento da Libras, a legislação também reforça a necessidade de um modelo educacional bilíngue, no qual a Libras seja a primeira língua dos alunos surdos e o português escrito, a segunda. O Decreto nº 5.626/(Brasil, 2005) determina a obrigatoriedade do ensino de Libras nos cursos de formação de professores, garantindo que os profissionais da educação estejam preparados para atender às demandas específicas da educação de surdos.

No entanto, persistem desafios na efetivação dessas diretrizes, como a carência de profissionais especializados, a escassez de materiais didáticos bilíngues e a falta de infraestrutura adequada nas escolas. Dessa forma, embora a legislação represente um avanço na garantia dos direitos educacionais dos surdos, sua implementação eficaz depende de políticas públicas que assegurem os recursos necessários para tornar a Educação Bilíngue uma realidade em todas as regiões do país, incluindo o município de Imperatriz-MA. Assim a investigação sobre as mudanças e práticas educacionais em escolas inclusivas ou bilíngues para surdos possibilita uma compreensão mais ampla sobre a forma como as instituições de ensino têm se adequando às demandas inclusivas.

Levando em consideração o exposto no presente texto, buscamos respostas para a seguinte pergunta que direciona as discussões: Como vem sendo percebida nas produções científico-acadêmicas, o desenvolvimento educacional de alunos surdos, tendo em vista os desafios para a sua inclusão em escolas inclusivas e/ou bilíngues para surdos?

O objetivo geral deste estudo reside em analisar a partir de produções científico-acadêmicas, o desenvolvimento educacional de alunos surdos, tendo em vista os desafios para a sua inclusão em escolas inclusivas e/ou bilíngues para surdos, no município de Imperatriz/MA. Para tanto, os objetivos específicos foram assim sistematizados: discutir sobre o contexto histórico da educação de pessoas com deficiência no Brasil; identificar as principais barreiras comunicativas e estruturais que dificultam a inclusão dos alunos surdos, com foco na formação e capacitação dos professores frente às necessidades educacionais deste público; e explorar acerca do processo educacional para a inclusão de alunos surdos em Imperatriz/MA, percebido nas produções científicas em articulação com dados oficiais do município. A metodologia adotada para este estudo baseia-se em uma pesquisa de revisão bibliográfica, com o objetivo de reunir e analisar referências teóricas e empíricas sobre a adaptação do aluno surdo na escola regular. Para alcançar os objetivos propostos e melhor apreciação deste trabalho, foi utilizada uma abordagem qualitativa e exploratória.

De acordo com Gil (2015, p. 70) “Na abordagem qualitativa, a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados. O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo”. A pesquisa foi realizada na base de dados BDTD e no repositório de publicações do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGLE) da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (Uemasul), com buscas por dissertações e teses que dialogassem de forma direta ou aproximada com a inclusão de pessoas com deficiência e pessoas surdas, em particular, por ser o nosso objeto de estudo, podendo ocorrer no contexto bilíngue de surdos e inclusivo.

Com o intuito de sistematizar o desenvolvimento do presente trabalho estruturamos da seguinte forma: esta introdução que situa a temática, traz alguns apontamentos, motivações para o estudo, além questão que direciona a pesquisa, juntamente com os objetivos propostos. Na continuidade dos escritos, o capítulo dois, apresenta um recorte sobre a educação de alunos surdos no Brasil, destacando aspectos históricos e abordagens educacionais adotadas ao longo do tempo. Inicialmente, apresentamos uma contextualização geral sobre a educação de surdos no país, considerando sua trajetória e os principais modelos pedagógicos utilizados.

Em seguida, temos no capítulo três, intitulado Desafios enfrentados no processo educacional de alunos surdos pesquisa se volta para a realidade da cidade de Imperatriz-MA,

buscamos evidenciar que, em meio aos avanços sobre a educação destes sujeitos ainda persistem desafios estruturais e até atitudinais, que se configuram problemas e merecem discussões com vistas a tentarmos encontrar caminhos para suplantar tais desafios.

Com o propósito de trazer aprofundamentos sobre a temática central deste estudo nos dedicamos no capítulo quatro denominado Discutindo sobre o cenário atual referente a educação de surdos em Imperatriz-MA: desafios e perspectivas, a discutir, com base em estudos acadêmicos que investigam a inclusão escolar nesse contexto específico. Para isso, ocorreu uma análise da implementação de políticas educacionais voltadas para alunos surdos no município de Imperatriz, além de articulação com as produções realizadas que convergem com esta pesquisa. Por fim, o trabalho traz as Considerações Finais, sintetizando as discussões apresentadas e apontando possíveis desafios e perspectivas para a educação inclusiva de surdos.

2 EDUCAÇÃO DE ALUNOS SURDOS NO BRASIL: SITUANDO ASPECTOS DA HISTÓRIA E ABORDAGENS EDUCACIONAIS

A educação de alunos surdos no Brasil passou por diversas transformações ao longo da história, refletindo concepções sociais e pedagógicas distintas. Desde os primeiros esforços educacionais até as atuais políticas de inclusão, diferentes abordagens foram adotadas, variando entre modelos oralistas, bilíngues e inclusivos. Nesse contexto, faz-se necessário compreender as influências históricas e os paradigmas educacionais que moldaram o ensino para surdos no país, a fim de analisar os avanços, desafios e limitações enfrentados. Assim, este capítulo tem como objetivo situar a trajetória da educação de surdos no Brasil, apresentando as principais metodologias empregadas e as diretrizes educacionais que norteiam o ensino desses alunos na contemporaneidade.

A trajetória da educação para os alunos surdos contempla vários marcos históricos, momentos que aproximam e que os afastam do ambiente de ensino. Nesse contexto, a vida do indivíduo surdo é marcada por processos de sofrimentos, limitações e exclusão sendo ofertados a escuridão e o anonimato.

No passado, os surdos foram considerados seres incapazes de exercer os direitos de um cidadão comum, como por exemplo de construir família, trabalhar, estudar, de ter uma vida digna e eram deixados à margem da sociedade. Os corpos bem estruturados, altos, bem delineados, considerados belos e perfeitos eram idolatrados e a eles eram atribuídos alto valor intelectual na Roma e Grécia.

Dessa forma, os indivíduos surdos eram considerados pessoas castigadas pelo pecado, e por sua vez condenadas ao trabalho escravo ou até mesmo à morte. Podemos mencionar que, de acordo com Garbe (2012, p. 96): “a deficiência física era definida como algo demonizado, julgados como uma punição, uma consequência de culpa. A deformação ou a falta produzia os segredados, marginalizados e discriminados’.

Nesse contexto, podemos refletir na dura realidade na qual os surdos eram subjugados, tais circunstâncias traziam como consequências a incapacidade de se desenvolver cognitiva e socialmente por conta da sua limitação auditiva e exatamente por serem considerados improdutivos ou inúteis à sociedade não havia, na época, preocupação de formação educacional do sujeito surdo. Desde o século XVIII até os dias atuais, em um processo evolutivo das condições necessárias à aprendizagem das pessoas surdas, diversas concepções foram utilizadas: o oralismo, a comunicação total e o bilinguismo.

O fundador do método oralismo foi Samuel Heinicke, no século XVIII, na Alemanha, sendo, por isso, conhecido como o “método alemão”. Essa abordagem concebia a surdez como uma patologia (doença), que precisava ser curada, direcionando a criança para o campo da normalidade. Treinava-se a criança na oralidade, com o propósito de integrá-la na comunidade.

O Congresso Internacional de Educadores de Surdos, realizado em Milão na Itália no ano de 1880 foi o auge do oralismo e esse evento marcou negativamente a história da educação dos surdos, pois após a votação realizada no evento culminou na proibição do uso da língua de sinais como método de educação para os surdos e o oralismo tornou-se obrigatório submetendo o sujeito surdo às práticas ouvintistas, que segundo Skliar (1998, p. 15), parte do entendimento que o ouvintismo “é um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e narrar-se como se fosse ouvinte”.

O Congresso Internacional de Educadores de Surdos, realizado em Milão no ano de 1880, representou um marco significativo para a educação de surdos, consolidando a hegemonia do oralismo. A decisão tomada no evento resultou na proibição do uso da língua de sinais como método educacional, impondo a obrigatoriedade do oralismo e restringindo o acesso dos surdos a práticas pedagógicas que valorizassem sua identidade linguística e cultural. Tal imposição reforçou a perspectiva ouvintista na educação, na qual, conforme Skliar (1998, p. 15), o surdo é compelido a se perceber e se narrar a partir de referenciais majoritariamente ouvintes. Esse cenário acarretou impactos significativos no desenvolvimento educacional e social da comunidade surda, limitando suas possibilidades de aprendizado e expressão.

O oralismo compreende a surdez como doença, patologia, deficiência auditiva. Desse modo, o surdo precisa ser reabilitado e, para isso, necessita de especialista (pedagogo, fonoaudiólogo) capaz de despertar nele o desejo de ouvir e assim o desenvolvimento permite a integração do surdo ao convívio familiar, escolar e social, uma vez que o não ouvinte é entendido como um não normal.

Quando começou a inclusão de alunos surdos nas escolas regulares? Com a Declaração de Salamanca, que foi o resultado das várias declarações das Nações Unidas que resultaram na elaboração do documento intitulado “Regras Padrões sobre Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiências”, o qual exige que os Estados assegurem a educação de pessoas com deficiências e seja parte integrante do sistema educacional.

Este documento inspirou diversos países na elaboração de medidas que evidenciaram sua política, como por exemplo, no Brasil suscitou na elaboração da lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996), na qual dedica um de seus capítulos à Educação Especial e dá destaque para a inclusão do aluno com deficiência, na escola regular, enquanto que na

Declaração de Salamanca há uma menção direta à conjuntura linguística dos surdos e sugere escolas e classes separadas dos demais alunos ouvintes (Salamanca, artigo 21, p. 30).

A Declaração de Salamanca representou um marco fundamental para a consolidação da educação inclusiva ao estabelecer princípios e diretrizes voltados para a garantia do direito à educação de pessoas com deficiência. Publicada em 1994, durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, realizada na cidade de Salamanca, Espanha, a declaração reafirmou o compromisso global com a inclusão escolar, incentivando os Estados a promoverem sistemas educacionais acessíveis e equitativos. Esse documento foi influenciado por resoluções anteriores das Nações Unidas, especialmente pelas “Regras Padrões sobre a Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiências”, que reforçam a necessidade de integrar estudantes com deficiência ao ensino regular. No Brasil, a Declaração de Salamanca exerceu influência na formulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, que dedicou um capítulo específico à educação especial e enfatizou a inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares. Entretanto, a declaração também reconheceu a especificidade linguística da comunidade surda, sugerindo a possibilidade de classes e escolas bilíngues, diferenciadas daquelas destinadas aos alunos ouvintes, conforme disposto no artigo 21 do documento.

No Brasil, Dom Pedro II contribui com a Educação dos Surdos com muita significância, pois a convite dele veio para o Brasil o professor surdo francês Ernest Huet para “atender a um chamado pessoal em que “deduz-se que o imperador se interessou pela educação dos surdos devido ao seu genro, o Príncipe Luís Gastão de Orléans, (o Conde d’Eu) marido de sua segunda filha, a princesa Isabel, ser parcialmente surdo” (Strobel, 2008, p. 89) e com o objetivo de fundar uma escola para surdos. E em 26 de setembro de 1857 é fundado o Instituto dos Surdos-Mudos, no Rio de Janeiro com o objetivo de oferecer educação intelectual, moral e religiosa aos surdos. Em seus quase dois séculos, o instituto teve diversas denominações, mas a principal mudança se deu em 1957, com a retirada do termo mudo (indicando que os surdos não são mudos) e a inclusão da educação desde então, se denomina Instituto Nacional de Educação de Surdos.

Ao final do século XX, renasce após quase cem anos, o uso dos sinais na comunicação dos surdos com o surgimento de uma filosofia chamada de Comunicação Total ou Bimodalismo. Segundo Ciccone (1996, p. 6-8):

A Comunicação Total é uma filosofia de trabalho voltada para o atendimento e a educação de pessoas surdas. Não é, tão somente, mais um método na área e seria realmente, um equívoco considerá-la, inicialmente, como tal [...]. A Comunicação Total, entretanto, não é uma filosofia educacional que se preocupa com ideais

paternalistas. O que ela postula, isto sim, é uma valorização de abordagens alternativas, que possam permitir ao surdo ser alguém, com quem se possa trocar idéias, sentimentos, informações, desde sua mais tenra idade. Condições estas que permitam aos seus familiares (ouvintes, na grande maioria das vezes) e às escolas especializadas, as possibilidades de, verdadeiramente, liberarem as ofertas de chances reais para um seu desenvolvimento harmônico. Condições, portanto, para que lhe sejam franqueadas mais justas oportunidades, de modo que possa ele, por si mesmo lutar em busca de espaços sociais a que, inquestionavelmente, tem direito.

A Comunicação Total configura-se como uma filosofia educacional voltada para o ensino e o desenvolvimento de pessoas surdas, enfatizando a utilização de múltiplos recursos comunicativos para favorecer a interação e a aprendizagem. Diferentemente de um método específico, essa abordagem busca flexibilizar o ensino por meio da valorização de estratégias alternativas que possibilitem ao aluno surdo estabelecer trocas significativas de ideias, sentimentos e informações desde a infância.

De acordo com Ciccone (1996), a Comunicação Total não adota uma perspectiva paternalista, mas propõe a ampliação de oportunidades educacionais e sociais para os surdos, permitindo que seus familiares e instituições especializadas contribuam efetivamente para seu desenvolvimento integral. Nesse sentido, essa abordagem objetiva assegurar condições equitativas para que os surdos possam exercer sua autonomia e reivindicar sua participação na sociedade de forma plena e justa.

Entretanto, esta filosofia não era um método da língua de sinais e tampouco da língua oral, nela cabia toda e qualquer forma de comunicação. E nesse sentido, Goldfeld (2002, p. 39) afirma que a “Comunicação Total, em oposição ao Oralismo, acredita que somente o aprendizado da língua oralizável não assegura pleno desenvolvimento da criança surda”. Todavia, “essa abordagem filosófica não obteve muito sucesso visto que o uso da fala e dos sinais resultou no bimodalismo e isto dificultou mais ainda a aprendizagem dos alunos surdos pois deprecia a língua de sinais e desconstrói a estrutura linguística do português” (Quadros, 1997, p. 26).

A abordagem da Comunicação Total, apesar de sua proposta de inclusão e flexibilização dos recursos comunicativos, apresentou limitações em sua implementação. Segundo Quadros (1997, p. 26), a combinação do uso da fala e dos sinais resultou no bimodalismo, o que comprometeu a aprendizagem dos alunos surdos. Esse modelo, ao mesclar elementos da língua oral e da língua de sinais, acabou por descaracterizar ambas as línguas, dificultando a aquisição plena da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e comprometendo o desenvolvimento da estrutura linguística do português escrito. Dessa forma, a falta de uma distinção clara entre os sistemas

linguísticos gerou desafios na construção do conhecimento pelos alunos surdos, impactando seu desenvolvimento educacional e social.

Ao passar dos anos os fracassos constatados pelos linguísticos e as tentativas de alcançar bons resultados para a educação dos surdos levou ao surgimento de uma terceira abordagem filosófica: o Bilinguismo que tem como objetivo ter a Língua de Sinais como primeira língua (L1) e a Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua (L2). Conforme Quadros (1997, p. 27):

É uma proposta de ensino usada por escolas que se propõe a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar. Os estudos têm apontado para essa proposta como sendo mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita.

Diante do exposto, nota-se que os Surdos vivenciaram inúmeras tentativas e lutas no seu cotidiano em busca de seus direitos e acessibilidade. E apesar da garantia de acesso à educação por meio da Constituição Federal de 1988, foi somente a partir da Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, a qual reconhece a Libras como língua de sinais utilizada pela comunidade surda do Brasil e com o Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que a educação voltada ao aluno surdo ganhou consistência e visibilidade. Desse modo a legislação garante a inclusão e a melhoria da educação dos surdos. De acordo com Quadros (1997, p. 28):

Todos os seres humanos têm direito de identificarem-se com uma língua materna (s) e de serem aceitos e respeitados por isso; todos têm o direito de aprender a língua materna (s) completamente, nas suas formas oral (quando fisiologicamente possível) e escrita; [...] todos os utentes de uma língua materna não-oficial em um país têm o direito de terem acesso a sua língua materna e à língua oficial do país. Garantindo cada um desses direitos às crianças surdas brasileiras, ter-se-á o delineamento de uma proposta bilíngue.

A partir dessa ótica, ser bilíngue não pressupõe que uma língua seja superior à outra, mas sugere a coexistência da língua de sinais e da língua portuguesa em que mantendo a primeira permite ao sujeito de identificar e viver uma experiência visual, e a segunda permite ao surdo estar entre brasileiros, sendo brasileiro.

A Educação Bilíngue, sobretudo, pode ser definida como uma proposta educacional para tornar o ensino e a aprendizagem acessível, de duas línguas, seja no contexto escolar e/ou como grande contribuição para o desenvolvimento do indivíduo surdo. O aluno surdo passa então a ser visto como um sujeito de direitos no contexto educacional, devendo ter a uma metodologia que atenda às suas necessidades, respeitando sua condição e sua identidade.

O modelo bilíngue propõe, então, dar às crianças surdas as mesmas possibilidades psicolinguísticas que tem a ouvinte. Será só desta maneira que a criança surda poderá

atualizar suas capacidades linguístico-comunicativas, desenvolver sua identidade cultural e aprender (Skliar, 1997, p. 144).

Apesar do modelo educacional bilíngue para surdos ser o mais difundido no meio científico, ainda há práticas pedagógicas que destoam da realidade ideal para o aluno surdo, impedindo- de se desenvolver plenamente, pois, conforme explicitam acerca disso Lodi e Lacerda (2009, p.14), dizem que:

A maior parte dos surdos no Brasil não tem podido ter acesso a uma escolarização que atente para as suas necessidades linguísticas, [...] parte dos surdos encontra-se em classes/escolas especiais que atuam em uma perspectiva oralista [...] as quais pretendem que os alunos surdos se comportem como ouvintes, lendo nos lábios e escrevendo em língua portuguesa.

Conforme a realidade descrita acima, contrária ao fundamento da concepção do ensino bilíngue, e infelizmente vivida pela maioria dos alunos surdos e não é considerado sua identidade e cultura próprias. Na concepção educacional vigente, a adaptação dos sujeitos surdos em escolas de ouvintes coloca em destaque o termo “deficiente” e promove a construção de enormes barreiras que dificultam a permanência dos alunos surdos no ensino regular, pois apesar de existirem pedagogos, psicólogos e demais profissionais que alimentam os discursos de inclusão linguística e cultural dos surdos, ao chegarem nas vivências escolares colocam os referidos sujeitos no mesmo patamar de uma pessoa com deficiência.

Tal aspecto parecer trazer um desmerecimento sobre sua capacidade intelectual, sem levar em consideração que a sua identidade linguística e cultural é diferente sim dos ouvintes, mas que isso, não os tornam desmerecedores do direito à educação de qualidade e igualitária. De acordo com Sklar (1998, p. 37):

Um dos problemas, na minha opinião, é a confusão que se faz entre democracia e tratamento igualitário. Quando um surdo é tratado da mesma forma que um ouvinte, ele fica em desvantagem. A democracia implicaria, então, no respeito às peculiaridades de cada aluno – seu ritmo de aprendizagem e necessidades particulares.

A concepção de equidade na educação de surdos requer a diferenciação entre tratamento igualitário e respeito às especificidades desse grupo. Conforme Skliar (1998, p. 37), a aplicação de um mesmo modelo educacional para surdos e ouvintes pode gerar desvantagens para os primeiros, uma vez que não considera suas necessidades linguísticas e cognitivas particulares.

Nesse sentido, a democracia no contexto educacional deve estar pautada no reconhecimento da diversidade e na garantia de condições adequadas para a aprendizagem de todos os alunos. Dessa forma, a valorização das peculiaridades dos estudantes, incluindo o respeito ao seu ritmo de aprendizagem e às demandas específicas, torna-se fundamental para a construção de um sistema educacional verdadeiramente inclusivo.

A quantidade de professores habilitados para trabalhar com sujeitos surdos é insuficiente para a demanda de alunos. Nesse sentido como um aluno surdo poderá desenvolver? Como construirá uma identidade se não conviver com outros surdos que façam uso de língua de sinais ou mesmo que compartilham da mesma cultura?

Diante do exposto, fica evidente que a trajetória da educação de alunos surdos no Brasil é marcada por avanços e desafios que refletem tantas mudanças históricas quanto a concepções pedagógicas distintas. O percurso educacional desses indivíduos foi inicialmente pautado por práticas excludentes, que os marginalizavam e os privavam do acesso ao conhecimento, até a consolidação do modelo bilíngue como a abordagem mais adequada às suas especificidades linguísticas e culturais.

Portanto, apesar das normativas legais que garantem a Libras como primeira língua dos surdos e a Educação Bilíngue como um direito fundamental, ainda há barreiras estruturais, metodológicas e atitudinais que comprometem a efetivação dessa proposta no contexto escolar. A escassez de competências profissionais, a ausência de materiais didáticos acessíveis e a permanência de concepções ouvidas no sistema educacional evidenciam a necessidade de políticas públicas mais eficazes e de um compromisso coletivo com a inclusão efetiva dos alunos surdos. Logo, garantir uma educação de qualidade a essa parcela da população exige não apenas o cumprimento da legislação vigente, mas também o reconhecimento da identidade surda e a promoção de práticas pedagógicas.

3 DESAFIOS ENFRENTADOS NO PROCESSO EDUCACIONAL DE ALUNOS SURDOS

O processo educacional de alunos surdos ainda enfrenta diversos desafios que impactam diretamente sua aprendizagem e inclusão escolar. Entre as principais dificuldades, destacam-se a falta de profissionais qualificados para o ensino bilíngue, a escassez de materiais didáticos acessíveis e a inadequação das metodologias pedagógicas às necessidades dos estudantes surdos.

Além disso, barreiras comunicacionais e estruturais contribuem para a exclusão desses alunos no ambiente escolar, dificultando seu pleno desenvolvimento acadêmico e social. Diante desse cenário, este capítulo tem como objetivo analisar os desafios enfrentados na educação de alunos surdos, com foco na realidade de Imperatriz-MA, considerando aspectos pedagógicos, institucionais e sociais que influenciam sua trajetória escolar.

A inclusão de alunos surdos na escola regular tem se consolidado como uma importante política educacional no Brasil, promovendo a equidade e o respeito às diferenças. No entanto, a inserção de estudantes surdos no ambiente escolar envolve desafios que precisam ser analisados, compreendidos e superados. Neste sentido, este capítulo tem como objetivo explorar as dificuldades enfrentadas pelos alunos surdos, destacando a relevância da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como ferramenta fundamental para a comunicação, além da infraestrutura necessária para a inclusão efetiva. Também será abordada a formação e a capacitação dos docentes para o ensino inclusivo, considerando as particularidades dos alunos surdos e a legislação vigente. Isto posto, focaremos nosso olhar para os obstáculos que remetem as barreiras comunicativas, a necessidade de infraestrutura adequada, os recursos didáticos especializados e a formação contínua dos professores.

A inclusão dos surdos na escola regular, embora seja uma medida que visa a democratização do acesso à educação, esbarra em diversas dificuldades tanto para os alunos quanto para os profissionais da educação. Segundo Skliar (1997), a principal dificuldade enfrentada pelos surdos é a falta de adaptação do ambiente escolar às suas necessidades específicas, o que resulta em um ensino inadequado e na marginalização desses indivíduos. Neste contexto, a barreira comunicativa, a falta de adaptação pedagógica e o preconceito social despontam para que os desafios sejam ainda mais visíveis.

A barreira comunicativa é um dos principais desafios enfrentados pelos alunos surdos na escola regular. A ausência de profissionais capacitados e de colegas que compreendam Libras faz com que esses estudantes tenham dificuldades na interação na sala de aula e fora

dela. Segundo Quadros e Karnopp (2004), a comunicação é essencial para a construção do conhecimento e da identidade social, tornando-se fundamental o ensino da Libras no contexto escolar. Contudo, se não ocorrer a mediação de conteúdos por meio da língua do surdo, o desenvolvimento cognitivo dentro do ambiente escolar, fica prejudicado.

A Libras, reconhecida oficialmente pela Lei nº 10.436/(Brasil,2002), é a língua natural da comunidade surda brasileira e desempenha um papel crucial no acesso ao conhecimento. A implementação da educação bilíngue, que combina Libras como primeira língua e a língua portuguesa como segunda, é um modelo eficaz para garantir um ensino inclusivo e de qualidade.

De acordo com Strobel (2009), a falta de intérpretes de Libras nas escolas é uma das principais barreiras para o desenvolvimento educacional do aluno surdo, dificultando seu aprendizado e interação social. Para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva, é necessário que a Libras seja incorporada ao currículo escolar e que os professores recebam formação adequada para utilizá-la. Isso permitirá que os alunos surdos tenham acesso igualitário ao conhecimento e possam participar ativamente do ambiente escolar.

Segundo Pereira (2005), a principal dificuldade enfrentada pelos alunos surdos em escolas regulares é a comunicação. A ausência de um profissional qualificado, como o tradutor/intérprete de Libras, ou a falta de compreensão dos professores em relação ao idioma dos surdos, contribui para um isolamento do estudante no ambiente escolar. Como resultado, o aluno surdo pode desenvolver um desempenho escolar abaixo das suas reais capacidades, uma vez que não tem acesso pleno ao conteúdo ministrado.

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é, para muitos desses estudantes, a sua primeira língua, enquanto a língua portuguesa, geralmente, é adquirida de forma tardia e em contexto oral. Isso gera um distanciamento na aprendizagem, uma vez que a maioria dos conteúdos escolares é transmitida de forma oral, e os alunos surdos podem ter dificuldades em compreender e expressar-se de maneira eficaz.

De acordo com Quadros e Schmiedt (2006), a Libras é uma língua de estrutura própria, com regras gramaticais distintas da língua portuguesa e sua utilização é fundamental para garantir a acessibilidade e a plena comunicação do aluno surdo. Esta não deve ser considerada apenas como uma ferramenta de comunicação, mas também como um meio de ensino e aprendizagem, permitindo ao aluno surdo o desenvolvimento de suas habilidades cognitivas e linguísticas em igualdade de condições com os demais estudantes.

A falta de intérpretes qualificados ou a escassez de materiais didáticos em Libras são barreiras significativas para a inclusão educacional dos alunos surdos. Assim, a presença de

profissionais que dominem essa língua, como intérpretes e tradutores, é essencial para garantir que o aluno surdo tenha acesso aos conteúdos e participe ativamente das atividades escolares.

Outro ponto relevante é a escassez de adaptações pedagógicas específicas. De acordo com Soares (2010), as metodologias tradicionais de ensino, muitas vezes, não atendem às necessidades dos alunos surdos, que necessitam de estratégias diferenciadas para garantir o seu aprendizado. Isso inclui o uso de recursos visuais, de atividades práticas e de uma maior interação entre o aluno surdo e seus colegas e professores.

Além disso, os alunos surdos enfrentam o preconceito e a discriminação, o que pode afetar sua autoestima e seu processo de socialização. A segregação, que pode ocorrer tanto no âmbito escolar quanto social, é um fator que contribui significativamente para o distanciamento do aluno surdo de sua plena inclusão educacional e social (Lima, 2012). Outro obstáculo relevante é a escassez de materiais didáticos adaptados para alunos surdos. Garbe (2012) aponta que grande parte dos livros didáticos e recursos pedagógicos ainda é elaborada para estudantes ouvintes, sem considerar as especificidades da Educação Bilíngue. Isso impacta negativamente a aprendizagem e contribui para a evasão escolar.

A infraestrutura escolar e os recursos didáticos são alguns dos fatores que podem ser considerados determinantes para a inclusão efetiva dos alunos surdos na escola regular. A adequação física do ambiente escolar deve ser uma prioridade, considerando que a acessibilidade também envolve aspectos espaciais e materiais. Segundo Almeida (2011), as acessibilidades arquitetônicas e tecnológicas, são essenciais para garantir que o aluno surdo possa usufruir plenamente das atividades educacionais. O uso de tecnologias assistivas, como recursos audiovisuais, aparelhos de amplificação sonora e sistemas de videoconferência, é fundamental para melhorar o processo de aprendizagem, proporcionando maior autonomia e participação nas atividades em sala de aula.

Ademais, os recursos didáticos adaptados para o público surdo, como livros didáticos com tradução para Libras e softwares educacionais acessíveis são ferramentas indispensáveis para a promoção de um ensino de qualidade. O desenvolvimento de materiais pedagógicos em Libras, de forma inclusiva, possibilita a compreensão dos conteúdos de maneira mais eficaz.

Outro fator que merece um olhar mais aprofundado refere-se a formação e a capacitação dos professores, pois estas são aspectos centrais para garantir a efetividade da inclusão escolar dos alunos surdos. A legislação brasileira, em consonância com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, preconiza a formação de professores para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais (Brasil, 2008). No entanto, ainda há lacunas

significativas na formação inicial e continuada dos docentes, principalmente no que diz respeito à educação de surdos.

Segundo Lima e Almeida (2014), muitos professores da educação básica não possuem conhecimento aprofundado sobre a Língua Brasileira de Sinais e sobre as metodologias de ensino para surdos, o que compromete a qualidade do ensino e a interação com esses alunos. Desse modo, impede a adoção de estratégias pedagógicas adequadas. De acordo com Quadros (1997), muitos docentes desconhecem a Libras e não possuem capacitação específica para atender às necessidades educacionais dos alunos surdos.

A capacitação em Educação Bilíngue deve ser uma prioridade nas políticas públicas de formação de professores. O Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2005) estabeleceu diretrizes para a formação de docentes na área de Libras, determinando a obrigatoriedade do ensino da língua nos cursos de licenciatura. No entanto, a implementação dessa diretriz ainda enfrenta desafios, pois muitos cursos superiores não oferecem a devida capacitação para futuros educadores (Lodi; Lacerda, 2009). Além disso, a Libras é essencial que os professores desenvolvam competências pedagógicas adaptadas às necessidades dos alunos surdos, isso inclui o uso de metodologias visuais, o desenvolvimento de materiais didáticos acessíveis e a promoção de uma cultura escolar inclusiva, na qual sejam plenamente integrados ao ambiente educacional.

Para tanto, é fundamental que a formação docente seja inclusiva, abordando não apenas os aspectos teóricos, mas também oferecendo práticas pedagógicas voltadas para a realidade do aluno surdo. A formação continuada também é uma necessidade, pois a educação inclusiva é um processo dinâmico que exige constantes atualizações e aprimoramentos. Além disso, os professores devem ser capacitados para lidar com as questões emocionais e sociais dos alunos surdos, a fim de criar um ambiente de respeito, igualdade e convivência harmônica.

Em suma, a inclusão de alunos surdos é um processo complexo que demanda a superação de diversas barreiras. As dificuldades comunicativas, as limitações de infraestrutura, a falta de recursos didáticos especializados e a insuficiência de formação docente comprometem o pleno acesso e a participação dos alunos surdos nas atividades escolares. A Libras é fundamental na promoção da comunicação e na melhoria do processo de ensino-aprendizagem desses alunos. Com isso, a adequação da infraestrutura escolar e a utilização de recursos didáticos acessíveis também são essenciais para a inclusão eficaz. Finalmente, a formação e a capacitação dos professores são requisitos imprescindíveis para garantir a qualidade da educação inclusiva e a plena participação dos alunos surdos no ambiente escolar.

4 DISCUTINDO SOBRE O CENÁRIO ATUAL REFERENTE A EDUCAÇÃO DE SURDOS EM IMPERATRIZ-MA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

A educação de surdos em Imperatriz-MA tem sido objeto de investigações acadêmicas que buscam compreender os desafios e avanços no processo de ensino-aprendizagem desse público no contexto local. A partir da articulação com estudos contemporâneos, torna-se possível analisar as políticas educacionais, as práticas pedagógicas adotadas e a efetividade das estratégias de inclusão implementadas nas instituições de ensino. Nesse sentido, este capítulo tem como objetivo apresentar um panorama da educação de alunos surdos no município, fundamentado em pesquisas acadêmico-científicas recentes, com o intuito de discutir como os aspectos teóricos e práticos se relacionam e influenciam a realidade educacional dessa população.

Compreendemos que a inclusão escolar é um direito de todos, necessitando de meios para que todos possam ter acesso e permanência para avançar nos estudos e obter formação consistente. Este é um processo contínuo e em constante transformação, por isso torna-se relevante trazer um panorama sobre sua condução. Isto posto, este capítulo tem como objetivo O presente capítulo busca analisar o processo educacional para a inclusão de alunos surdos em Imperatriz-MA, a partir de produções científico-acadêmicas articuladas aos dados contemporâneos da referida cidade.

Ao longo dos últimos anos, a educação de alunos surdos tem passado por transformações significativas impulsionadas por mudanças nas políticas públicas, avanços tecnológicos e reformulações nas práticas pedagógicas, fundamentadas em legislações como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996 (Brasil, 1996), o Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2005) e a Lei Brasileira de Inclusão Lei nº 13.146/2015 (Brasil, 2015), que têm como objetivo garantir a acessibilidade linguística e educacional aos estudantes surdos, promovendo uma aprendizagem equitativa e eficaz.

O *lôcus* das produções selecionadas é a cidade de Imperatriz/MA. Localizada na região sudoeste do estado do Maranhão a qual, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2021 era composta por uma população de 259.980 habitantes, sendo assim é o segundo maior centro populacional, econômico, político e cultural do Maranhão. Possui um clima tropical, quente e úmido.

A cidade de Imperatriz, também conhecida como “Portal da Amazônia” é composta por importantes marcos geográficos e históricos, visto que é sede da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense, com sete municípios conurbados; estende-se pela margem direita do rio

Tocantins, atravessada pela Rodovia Belém-Brasília, situando-se na divisa com o estado do Tocantins e no tocante à educação não é diferente, pois, a primeira Escola Bilíngue do Maranhão e a segunda do país encontra-se em Imperatriz, inaugurada através da Lei nº 1453/2012, a Escola Municipal de Educação Bilíngue para Surdos Professor Telasco Pereira Fialho, localizada no bairro São José do Egito, atende alunos de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

De acordo com a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) o município atende cerca de 800 alunos com alguma deficiência, sendo elas: Intelectual, Física, Múltiplas, Surdez, Cegueira e Baixa Visão; Transtornos Desintegrativos da Infância (Psicose Infantil), Autismo Infantil, Síndrome de Asperger¹, e ainda Altas Habilidades e/ou Superdotação, nos quais contam com importante auxílio do Setor de Inclusão e Atenção à Diversidade (SIADI). Além disso, oferece cursos de Língua Brasileira de Sinais, cursos em Atendimento Educacional Especializado (AEE) para professores da rede e Sistema Braille, para professores e comunidade em geral;

No entanto, apesar dos progressos, desafios como a formação docente, a infraestrutura escolar e a adaptação curricular ainda representam obstáculos à plena inclusão desse público. Assim, compreender as transformações ocorridas nos últimos cinco anos no ensino de alunos surdos torna-se essencial para avaliar os avanços conquistados, as dificuldades persistentes e as perspectivas futuras no contexto educativo.

No município de Imperatriz-MA, a adaptação dos alunos surdos nas escolas regulares tem demonstrado avanços significativos nos últimos anos, embora ainda enfrente desafios substanciais. Nesta lógica, tendo como descritores “Inclusão escolar” “educação de surdos” Imperatriz-MA”, a partir de buscas realizadas na BDTD e no Repositório da UEMASUI, evidenciamos os trabalhos a seguir apresentados no Quadro 1, os quais trazem alguns diálogos sobre a temática em estudo e nos permitiram fazer algumas análises que se articularam com dados oficiais da Prefeitura Municipal de Imperatriz-MA, trazendo assim, a possibilidade de identificar como vem se desenvolvendo a inclusão de pessoas com deficiência e em particular, de pessoas surdas.

¹ Atualmente, conforme o DSM-V, utiliza-se o termo Transtorno do Espectro Autista (TEA), para categorizar o Asperger, o Rett e o Autismo infantil.

Quadro 1 – Produções acadêmico-científicas selecionadas para análise

Nome	Título do trabalho	Tipo de trabalho	Ano de publicação
Rita Maria Gonçalves de Oliveira	Inclusão De Alunos Com Necessidades Educacionais Especiais: Limites E Possibilidades No Ensino Fundamental Da Rede Pública Municipal De Imperatriz	Dissertação	2007
Francisca Melo Agapito	Formação De Professores Surdos Que Atuam No Município De Imperatriz-MA	Dissertação	2015
Ana Cláudia de Sousa Alves	O Ensino Desenvolvido Na Formação De Professores Que Atuam Em Sala De Recursos Na Rede Municipal De Educação De Imperatriz-MA	Dissertação	2015
Francisca Melo Agapito	Tessituras Etnotemáticas Nos Anos Iniciais Na Perspectiva Da Educação Bilíngue Para Surdos No Município De Imperatriz-MA	Tese	2020
Lisanir Cardoso Chaves	Processo De Letramento Do Aluno Surdo: Estratégias De Ensino Da Língua Portuguesa Como L2, No Contexto Bilíngue	Dissertação	2024

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

O desenvolvimento da educação de surdos tem sido amplamente debatido em produções acadêmico-científicas, evidenciando diferentes concepções e abordagens ao longo da história. Estudos na área têm analisado desde práticas excludentes, fundamentadas no oralismo, até a consolidação do modelo bilíngue, que reconhece a Libras como primeira língua dos surdos e o português escrito como segunda.

Pesquisas contemporâneas destacam a importância da acessibilidade linguística, da formação de professores especializados e da adaptação curricular como elementos essenciais para garantir um ensino de qualidade. Nesse contexto, os diálogos acadêmicos contribuem significativamente para a compreensão dos desafios e avanços da Educação de Surdos, subsidiando a formulação de políticas públicas e práticas pedagógicas inclusivas.

A Educação Especial é definida como uma modalidade de ensino transversal a todos os níveis e etapas da educação básica, destinada ao atendimento educacional de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, conforme estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996 (Brasil, 1996). De acordo com o Decreto nº 7.611/2011 (Brasil, 2011), essa modalidade deve garantir recursos e serviços especializados, complementando ou

suplementando o ensino comum, sem substituí-lo. Além disso, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) reforça a necessidade de acessibilidade e adaptações curriculares para assegurar o desenvolvimento integral dos estudantes.

No contexto da educação de surdos, a legislação reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio de comunicação e instrução, conforme disposto no Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2005) garantindo o direito a uma educação bilíngue, na qual Libras é a primeira língua e a língua portuguesa escrita é adquirida como segunda língua. Dessa forma, a Educação Especial, alicerçada na legislação vigente, busca assegurar o direito à aprendizagem e à participação plena dos estudantes no ambiente escolar promovendo a equidade e a inclusão educacional.

Nesse sentido, como discutido por Oliveira (2007, p. 16) em sua dissertação teve como objetivo geral “analisar as políticas públicas voltadas para a Educação Especial no município e verificar até que ponto e como estão viabilizando a inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino fundamental da rede municipal de Imperatriz”. A autora ratifica que o acesso à educação por alunos com necessidades especiais não pode ser confundido com inclusão. Para não tirar o foco das limitações como motivo de exclusão e refletir sobre ações a serem desenvolvidas para a evolução de práticas inclusivas que objetivam mudanças do cenário excludente que compõe a educação (Oliveira, 2007).

Com o foco na formação de professores surdos para atuarem nos diferentes contextos, promovendo assim a inclusão necessária para alunos surdos, verificamos que o trabalho de Agapito (2015), investigou a necessária problemática sobre o processo formativo de profissionais surdos, que poderão estar no contexto bilíngue ou ainda inclusivo, trazendo conhecimentos sobre a pessoa surda, a Libras e deste modo, buscando dar subsídios para a inclusão social e educacional de pessoas surdas.

O objetivo do trabalho residiu em “investigar as implicações da formação inicial e continuada de professores surdos que atuam com a disciplina de Libras no município de Imperatriz-MA sobre o ensino desenvolvido em sala de aula” (Agapito, 2015, p. 18). Ficou evidenciado que a formação docente é um dos aspectos fundamentais para a inclusão de alunos surdos no cenário educacional. A falta de preparo dos professores compromete a qualidade do ensino e impede a adoção de estratégias pedagógicas adequadas.

A autora destaca a relevância da formação de professores surdos como uma necessidade, isto é, ter um currículo que contemple a educação plena do aluno surdo é fundamental, pois a aquisição de conhecimentos sobre o surdo e a também sobre a comunidade surda é essencial

para um trabalho efetivo e competente (Agapito, 2015). Nesse contexto, destaca-se também na análise apresentada pela autora, os avanços e conquistas na educação de alunos surdos levando em consideração a inclusão da disciplina de Libras na formação de professores e demais profissionais da educação, ressaltando que na cidade Imperatriz-MA não apenas na formação superior, mas também a formação continuada com cursos oferecidos de forma gratuita para profissionais da rede municipal de educação.

Em concordância com o exposto acima, o terceiro trabalho analisado ressalta a importância da capacitação de professores a atuação na área da Educação Especial, no entanto, analisa o ensino oferecido aos professores pelo SIADI na rede pública municipal de Imperatriz-MA e apresenta resultados positivos para o que promove um atendimento qualitativo aos alunos com deficiências (Alves, 2015). A autora em seu trabalho, buscou “analisar como o ensino desenvolvido nas formações de professores para atuarem em sala de recursos, oferecidas pelo SIADI, contribui para a inclusão de alunos com deficiência na rede municipal de educação” (Alves, 2015, p. 13).

Ainda que, a problemática apresentada em comum por todos os trabalhos analisados se faça presente nas discussões também elencada pela autora, tais como o acompanhamento contínuo da equipe de profissionais da Educação Especial e disposição de materiais técnicos apropriados para a sala de recursos que contribuem para a inclusão do aluno com deficiência matriculado na rede municipal de Imperatriz-MA. Nesse sentido, o estudo aponta melhorias na educação inclusiva que resultam de efetivas formações disponibilizadas pelo SIADI aos professores do município.

Em sequência, a análise apresentada pela autora Agapito (2020) discorre sobre a importância da educação bilíngue para surdos como uma ação efetiva e a relevância da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como ferramenta fundamental para a comunicação, além da infraestrutura necessária para a inclusão efetiva pois isto valoriza as especificidades do aluno surdo, implica melhorias no desenvolvimento cognitivo e na melhora a construção de relações entre seus pares e a comunidade em geral.

Nessa perspectiva, a autora Chaves (2024) disserta sobre o processo de letramento do aluno surdo e as ideias apresentadas corroboram com a análise anterior, destaca-se o importante reconhecimento da Libras como primeira língua dos surdos e Língua Portuguesa como segunda língua, dessa forma, o surdo tem acesso a uma educação que respeita a sua identidade linguística e cultural e isso contribui para o desenvolvimento pleno de habilidades linguísticas e cognitivas.

Contudo, elenca também as dificuldades presentes na aquisição da identidade surda, pois a realidade do surdo é vivenciada em um contexto de ouvintes, seja familiar, educacional

e comunitário. Desse modo, as diferenças linguísticas e culturais dificultam o aprendizado de ambas as línguas e prejudicam o processo de desenvolvimento e aprendizagem do aluno surdo.

A Educação Inclusiva em Imperatriz, assim como em outras regiões do Brasil, passou a ser mais efetivamente discutida e implantada a partir das décadas de 1990 e 2000, com a promulgação de legislações e políticas públicas voltadas para os direitos das pessoas com deficiência. No entanto, a efetivação dessa política em nível local ainda depende de diversos fatores, como a consciência da comunidade escolar, a formação continuada dos professores e a adequação da infraestrutura escolar.

Segundo os dados da Secretaria Municipal de Educação de Imperatriz (2023), o município tem avançado gradualmente em termos de acessibilidade e adaptações pedagógicas para alunos surdos. Desde 2018, foram implementados programas de formação para professores da rede municipal, visando à capacitação no uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras), além de uma maior inserção de profissionais intérpretes de Libras nas escolas, o que tem facilitado a comunicação e a integração dos alunos surdos nas salas de aula regulares.

Apesar desses avanços a inclusão escolar em Imperatriz ainda se depara com algumas dificuldades como a escassez de recursos didáticos adaptados e a resistência de algumas escolas em adotar práticas inclusivas de forma plena. A legislação brasileira, como a Lei nº 13.146 (Brasil, 2015) conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, é uma referência para a implementação dessas políticas na cidade. A partir dessa base legal, Imperatriz tem procurado estruturar suas ações para garantir a educação de qualidade para alunos surdos, promovendo mudanças no processo de adaptação escolar.

Nos últimos anos, as escolas de Imperatriz têm adotado práticas pedagógicas diversificadas para garantir a inclusão dos alunos surdos, com destaque para a utilização da Língua Brasileira de Sinais (Libras), a adaptação de currículos e o uso de tecnologias assistivas. A presença de intérpretes de Libras tem sido uma das principais estratégias para garantir a comunicação eficaz entre os alunos surdos e os docentes. Além disso, muitos professores têm buscado se qualificar para utilizar a Libras, seja por meio de cursos de capacitação ou de intercâmbios com instituições de Ensino Superior.

De acordo com Silva e Santos (2020), a utilização da Libras nas escolas regulares é uma das práticas mais eficazes para a inclusão dos alunos surdos, pois ela permite que os estudantes se expressem e compreendam os conteúdos de maneira plena. Em Imperatriz, a implementação de aulas de Libras para professores tem sido fundamental para criar um ambiente escolar mais acessível. As escolas também têm adaptado seus currículos, inserindo estratégias pedagógicas

mais visuais e práticas, para garantir que os alunos surdos possam acompanhar os conteúdos de forma adequada.

Outro aspecto importante foi a adoção de tecnologias assistivas, como *softwares* educativos e materiais didáticos em Libras que visam facilitar o processo de aprendizagem. A inclusão de alunos surdos no ensino regular tem exigido uma reestruturação na forma como o conteúdo é transmitido, favorecendo uma educação mais visual e interativa. No entanto, a falta de recursos adequados e a limitação de materiais ainda são desafios presentes nas escolas do município.

Apesar dos avanços nos últimos anos, a adaptação dos alunos surdos nas escolas de Imperatriz ainda enfrenta diversos desafios. A principal dificuldade observada é a escassez de recursos materiais adaptados, como livros didáticos em Libras e *softwares* educacionais que atendam às necessidades específicas desses alunos. A falta de um planejamento pedagógico individualizado também é um fator limitante para o desenvolvimento do potencial dos alunos surdos.

Além disso, o preconceito e a falta de consciência sobre a surdez ainda são barreiras significativas. Segundo Ferreira e Mendes (2018), muitos professores ainda têm dificuldades para lidar com a diversidade em sala de aula e, em alguns casos, a inclusão é apenas nominal, sem a efetiva adaptação das práticas pedagógicas. A resistência por parte de alguns educadores em adotar novas metodologias, como a utilização da Libras e o uso de recursos tecnológicos, também dificulta a plena inclusão dos alunos surdos.

No entanto, é possível observar avanços como o aumento do número de professores capacitados em Libras e a maior presença de intérpretes nas escolas têm sido fundamentais para garantir uma melhor adaptação dos alunos surdos. Além disso, a consciência da comunidade escolar sobre a inclusão tem crescido, refletindo em práticas mais acolhedoras e adaptadas às necessidades dos alunos.

As perspectivas para a Educação Inclusiva em Imperatriz são positivas, embora ainda haja muito a ser feito. A continuidade dos programas de capacitação para professores e a ampliação do número de intérpretes de Libras nas escolas são medidas essenciais para o avanço da inclusão escolar. Além disso, é fundamental que a rede municipal de ensino continue investindo em recursos materiais adaptados, como livros didáticos e tecnologias que auxiliam na aprendizagem, para garantir que os alunos surdos tenham acesso pleno ao currículo escolar.

A criação de um ambiente mais inclusivo também passa pela conscientização da comunidade escolar e pela superação de preconceitos. A formação de uma cultura de respeito à diversidade nas escolas é fundamental para que alunos, independentemente de suas condições,

possam se desenvolver de maneira plena. A promoção de ações de sensibilização e a integração dos alunos surdos com seus colegas ouvintes são estratégias que podem contribuir para a melhoria do ambiente escolar e para a adaptação efetiva dos alunos surdos.

Por fim, a inclusão de alunos surdos nas escolas de Imperatriz tem demonstrado avanços nos últimos cinco anos com a implementação de práticas pedagógicas inclusivas, a capacitação de professores e o aumento do número de intérpretes de Libras. No entanto, a adaptação escolar ainda enfrenta desafios significativos, como a escassez de recursos materiais e a resistência de educadores. As perspectivas para a educação inclusiva na cidade são promissoras, com a necessidade de contínuos investimentos em capacitação docente, materiais adaptados e tecnologias assistivas. Para garantir uma educação inclusiva de qualidade, é fundamental que a cidade de Imperatriz mantenha seu compromisso com a educação para todos, respeitando e valorizando as diferenças.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos que o momento atual trouxe muitos avanços com relação a educação de surdos e sua inclusão. A consolidação de ações para que haja oportunidades de acesso e permanência são pontos considerados relevantes, tendo em vista que políticas educacionais inclusivas no Brasil, estão sendo criadas com o propósito de promover a equidade e o respeito às diferenças. Entretanto, ainda são notórios que há muitos desafios que precisam ser analisados, compreendidos e superados. Dentre os principais obstáculos estão as barreiras comunicativas, a necessidade de infraestrutura adequada, os recursos didáticos especializados e a formação contínua dos professores. Diante do exposto, tivemos como objetivo geral analisar a partir de produções científicas, o desenvolvimento educacional de alunos surdos, tendo em vista os desafios para a sua inclusão em escolas inclusivas e/ou bilíngues para surdos, no município de Imperatriz/MA.

A análise teórica e empírica realizada permitiu compreender a complexidade do processo educacional desse público, evidenciando a importância da adoção de políticas eficazes que assegurem o direito à educação bilíngue e inclusiva. A partir da articulação entre pesquisas acadêmicas e a realidade local, foi possível identificar tanto os progressos alcançados quanto os obstáculos que ainda persistem, reforçando a necessidade de um compromisso contínuo por parte das instituições educacionais, dos gestores públicos e da sociedade na construção de um ensino mais equitativo e acessível.

Nesta lógica, para subsidiar as discussões teóricas, no primeiro objetivo visamos discutir sobre o contexto histórico da educação de pessoas com deficiência no Brasil. As discussões revelaram um percurso de avanços e retrocessos, no qual a luta pela valorização da língua de sinais e pelo direito à educação inclusiva tem sido constante. Embora a legislação tenha evoluído significativamente, garantindo direitos e promovendo a educação bilíngue, ainda há desafios a serem superados, especialmente no que se refere à formação de professores e à infraestrutura das escolas. A inclusão de alunos surdos nas escolas de Imperatriz tem demonstrado avanços importantes nos últimos anos, com a implementação de práticas pedagógicas mais inclusivas, a capacitação de professores e o aumento do número de intérpretes de Libras.

Diante da conjuntura evidenciada, nos dedicamos também a identificar as principais barreiras comunicativas e estruturais que dificultam a inclusão dos alunos surdos, com foco na formação e capacitação dos professores frente às necessidades educacionais deste público. Compreendemos que a inclusão escolar ainda enfrenta desafios significativos, como a escassez

de recursos materiais e a resistência de alguns educadores. As perspectivas para a educação inclusiva na cidade são promissoras, mas ainda persiste a necessidade de contínuos investimentos em capacitação docente, materiais adaptados e tecnologias assistivas. Para garantir uma educação inclusiva de qualidade, é fundamental que a cidade de Imperatriz mantenha seu compromisso com a educação para todos, respeitando e valorizando as diferenças.

Para explorar acerca do processo educacional para a inclusão de alunos surdos em Imperatriz/MA, percebido nas produções científicas em articulação com dados oficiais do município, a investigação sobre o cenário educacional de Imperatriz-MA, permitiu refletir sobre os desafios e progressos na inclusão escolar dos alunos surdos no município. A partir da análise de literatura especializada, documentos oficiais e estudos acadêmicos recentes, buscamos compreender o contexto atual da inclusão escolar dos alunos surdos e as principais abordagens utilizadas para garantir uma educação de qualidade. Assim, acreditamos que os resultados obtidos contribuíram para reflexões sobre o desenvolvimento deste processo.

De igual modo, ratificamos que houve avanços ao longo da trajetória em que diferentes abordagens educacionais foram utilizadas e atualmente no município de Imperatriz/MA, temos a possibilidade da educação bilíngue para surdos, realizada em uma escola específica, além da deste sujeito poder decidir pelo contexto inclusivo, ou ainda quando esta ação for responsabilidade de seus familiares, realizar esta escolha. Consideramos pertinente situar este avanço, pois, a escola bilíngue que existe em Imperatriz, foi a primeira instituição do Maranhão a ser criada com esta abordagem educacional.

Assim, identificamos a luta pela melhoria e o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas e para a promoção de um ambiente escolar mais acessível e inclusivo aos surdos da região. Este aspecto foi ratificado a partir das pesquisas realizadas na BDTD e no repositório da UEMASUL, momento em que autores da região se dedicaram a investigar vários aspectos da educação inclusiva e da educação de surdos, tanto em contexto inclusivo como bilíngue. A pesquisa forneceu subsídios teóricos e práticos para o aprimoramento das estratégias educacionais. A análise também favoreceu a reflexão sobre a formação de professores, a implementação de políticas públicas e o empoderamento da comunidade surda e de suas famílias.

Os resultados denotaram o processo de avanço, construção de uma escola bilíngue para surdos, formação de profissionais em setor específico da cidade, para atuar em sala de recursos, além de formação de profissionais Intérpretes de Libras para atuar em contexto de sala de aula e outros locais em que haja a necessidade de mediação de comunicação entre surdos e ouvintes.

Ainda no contexto das investigações realizadas, as quais foram analisadas, foi demonstrada a necessidade de maiores investimentos e de forma contínua em políticas públicas, infraestrutura e metodologias adequadas para alunos surdos.

Em suma, ratificamos que a pesquisa contribuiu para a compreensão sobre o desenvolvimento da educação de surdos no município de Imperatriz/MA, os caminhos percorridos e a necessidade de maiores aprofundamentos sobre a temática, sobre o conhecimento sobre as práticas pedagógicas voltadas para o atendimento de alunos surdos, o que permite pensar sobre outras pesquisas a serem realizadas. Além disso, é imperativo que haja compromisso coletivo entre gestores, educadores e a comunidade escolar para garantir uma educação de qualidade, acessível e equitativa para todos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Amélia. Maria. de. **Educação inclusiva: o processo de inclusão do aluno surdo na escola regular**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 11 mar. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e o artigo 18 da Lei nº 10.098/2000. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 11 mar. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 11 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008**. Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras nas escolas e em outros contextos educativos. Diário Oficial da União, Brasília, DF.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. **Declaração de Salamanca e linha de ação**. Brasília: CORDE, 1997.

BRASIL. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/96**. Brasília: Congresso Nacional, Diário Oficial da União, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 6 nov. 2023.

CICCONE, Marta. **Comunicação total: introdução, estratégias e a pessoa surda**. 2. ed. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1996.

FERREIRA, Carlos. Alberto.; MENDES, Jefferson. Albuquerque. **Desafios e avanços na inclusão de alunos surdos na escola regular: um estudo no Maranhão**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 24, n. 2, p. 147-163, 2018.

GARBE, Douglas de Souza. *Acessibilidade às pessoas com deficiência física e a Convenção Internacional de Nova Iorque*. Revista Unifebe, Balneário Camboriú, v. 10, p. 95-104, jan./jun. 2012.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista**. 4. ed. São Paulo: Plexus, 2002.

LIMA, Risonete. Almeida. **Preconceito e inclusão: a educação de surdos no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Ponto de Leitura, 2012.

LIMA, Risonete. Almeida; ALMEIDA, Patrícia. Sene. de. **Capacitação docente para a educação inclusiva: desafios e possibilidades**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2014.

LODI, Ana. Cláudia. Balieiro; LACERDA, Cristina. Broglia. Feitosa. **Língua de sinais e oralidade na educação de surdos**. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

PEREIRA, Maria. Andrielle. *Surdez e educação: dificuldades enfrentadas pelos alunos surdos na escola regular*. Revista Brasileira de Educação, v. 10, n. 29, p. 103-112, 2005.

QUADROS, Ronice. Müller de; KARNOPP, Lodenir. Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, Ronice. Müller de; SCHMIEDT, M. R. **Libras: a língua brasileira de sinais**. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IMPERATRIZ. **Relatório de atividades e ações de inclusão escolar**. Imperatriz: SME, 2023.

SILVA, LIMA. Nunes.; SANTOS, Eliane. Maria. dos **Práticas inclusivas e o ensino de surdos: o papel da Libras nas escolas de Imperatriz**. Educere, v. 35, n. 1, p. 56-72, 2020.

SKLIAR, Carlos. A forma visual de entender o mundo. In: Educação para todos. **Revista especial**, SEED/DEE. Curitiba: Editora Expediente, 1998.

SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1997.

SKLIAR, Carlos. **Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em Educação Especial**. Porto Alegre: Mediação, 1997.

SOARES, Alexandre. Gomes. **Metodologias de ensino para alunos surdos: desafios e possibilidades**. Campinas: Editora Alínea, 2010.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: UFSC, 2009.

Educação e tecnologias: experiências, desafios e perspectivas / Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. (Educação e Tecnologias: Experiências, Desafios e Perspectivas; v. 1).